

Discurso do Conselheiro Roldão Joaquim saudando os agraciados com as Medalhas do Mérito Cidadão e Nilo Coelho, na comemoração dos 30 anos do Tribunal de Contas de Pernambuco

Discurso

Um homem forte do sertão – a terra luminosa do sol como falava o pai de Ariano Suassuna – nascido em Petrolina do São Francisco, cheio de altivez e irredentismo, fundou o nosso Tribunal de Contas.

O governador Nilo de Souza Coelho, em 15 de outubro de 1968, deu posse aos primeiros integrantes da nossa Corte, criada segundo a Lei 6.078 de 12.12.1967. Nas mãos de Luiz Fernando Guedes Pereira, Jarbas Maranhão, Orlando Moraes, Fábio Correia e Sebastião Inácio de Oliveira Neto foi entregue o destino do Tribunal de Contas. Iniciado na Rua do Hospício, agora se encontra neste Palácio, da Rua da Aurora, às margens do Capibaribe à vista poética do Atlântico.

Hoje, com a administração fecunda do nosso presidente Severino Otávio Raposo, a quem agradeço a indicação para falar nesta solenidade, estamos, comemorando 30 anos de existência.

Havemos de reconhecer o esforço de todos para chegarmos até aqui.

Da visão universal do presidente Severino Otávio – agrestino de Bezerras – nasceu essa idéia de agradecer aos construtores de nosso Templo, convocando os verdadeiros e legítimos responsáveis por esta Corte – os nossos funcionários e servidores – para, na presença deles e dos convidados, destacar personalidades que, pela sua vida, pela sua história e pela vocação, tornaram-se merecedores dos nossos lauréis.

Começamos esta solenidade entoando o hino de Mazda Ahura-Zaratustra para agradecer, primeiro a

“Quem traçou o caminho ao sol e às estrelas

Por quem a lua cresce e minguar

Quem fixou, embaixo, a terra para que não caia

E colocou, em cima, o céu das nuvens

Quem fixou as águas e fez germinar as

plantas

Quem atrelou ao vento e às nuvens os seus corcéis

Quem é sábio e criador do pensamento bom

Ao artista que fez a luz e as trevas

Criou o sono e a vigília

Quem fez a manhã, o meio-dia e a tarde

Ao Pai do bom pensamento, o incontestável criador da Justiça,

o senhor dos atos da existência”.

Temos de reverenciar, e nisto pensou o Conselheiro Severino Otávio, o nosso fundador, o saudoso Governador Nilo Coelho. Esta Casa, para repetir Honório Rocha, é fruto do idealismo de Nilo Coelho, **“cuja vida trepidante de sonhos, acalentada de esperanças e repleta de tanto ideal”** criou esta Corte de Contas sancionando a Lei nº 6.708 em 12.12.1967, nomeando e empossando seus ministros, alguns já perto dele, no Oriente Eterno, no Reino do Pai Celestial. Seremos sempre reconhecidos ao impetuoso e sereno filho de Petrolina, mesmo porque a gratidão não envelhece.

O artigo 1º da Resolução TC nº 02 de 16 de abril de 1968 cria, no TCE-PE, a Medalha do Mérito Nilo Coelho a ser conferida a destacadas pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras.

A Resolução criou a honraria e determinou o dia 15 de outubro para sua entrega.

Coube-me, por indulgência do Conselheiro Presidente Severino Otávio, a honrosa incumbência de saudar os agraciados.

O Conselheiro Fernando Correia indicou o nome do desembargador Etério Galvão, natural de Prata, na Paraíba. Ingressou em nossa tradicional Casa de Tobias – UFPE – bacharelando-se em Direito em 1962. Por ser filho de Prata, Pernambuco ofereceu-lhe Flores, Comarca do Sertão, para iniciar sua judicatura, onde se houve com distinção e bravura, merecendo, em seguida, ser nomeado juiz de Direito Corregedor de 1ª Entrância, Surubim, de

Adalberto Farias acolheu o juiz de Direito Etério em 1973 até sua promoção para a capital, sendo designado para a Corregedoria de 1ª Entrância, Vara da Fazenda Estadual, TRE e desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco em 1988. Presidiu associações de classe, filantrópicas, educacionais, inclusive associação internacional. Simples, intrépido, determinado, identifica-se como apóstolo da Justiça e cultor do Direito. Integrou a Comissão de Sistematização e legislação da Assembléia Constituinte, dirigiu a Escola de Magistratura, integrou a Comissão de Organização Judiciária do Tribunal de Justiça, foi Corregedor Geral da Justiça, sendo, atualmente, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco. A sua lealdade à Justiça, seu comprometimento com o Direito e sua prodigiosa inteligência mereceram o reconhecimento dos pernambucanos, cuja Assembléia lhe outorgou o título de cidadão do nosso Estado. O Tribunal de Contas celebra, com júbilo a entrega da Medalha Nilo Coelho, a nossa Comenda maior ao comandante do Poder Judiciário do nosso Estado.

Desembargador Napoleão Tavares, pernambucano de Macaparana, nasceu sob o zéfiro dos canaviais, entre a doçura das uvas suculentas, ovacionado pelas palmas inquietas dos bananeirais da mata norte.

Aluno de padre Nicolau, em Limoeiro, do Ginásio de Dom Mota em Nazaré da Mata e de Rodolfo Aureliano – Colégio Padre Félix – no Recife – bacharelou-se na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco. Ingressou na Magistratura em 1962, iniciando seu mister judicante pela Comarca de Santa Maria da Boa Vista. Serviu, com destaque à causa da Justiça nas Corregedorias, Comissões de Concurso, Tribunal Eleitoral e professor, sagrando-se hoje vice-presidente do nosso Pretório Estadual. Erudito, professor e poeta, diz, no último terceto de **“um dos seus belos poemas”**:

**“De tanto ver-te e de te olhar, ditosa,
Fui testemunho sem que me mostrassem
que do teu sonho foi nascendo a rosa”.**

O desembargador Napoleão Tavares foi indicado à Comenda Nilo Coelho pelo Decano desta Casa, o ilustre Conselheiro Ruy Lins de Albuquerque.

O Conselheiro Romeu da Fonte indicou ao pleno, sendo aprovado por todos, o nome de José

Paulo Cavalcanti Filho.

É-me difícil falar de Zé Paulo Cavalcanti. No escritório de seu pai – autêntico laboratório do Direito – quando procuravam por Dr. José Paulo a telefonista perguntava: **“o pai ou o filho”**? Hoje, dizendo que tenho dificuldade de falar sobre José Paulo, posso ser perguntado: sobre o pai, o filho ou o neto? Herdeiro poético do Rio Capibaribe, do Instituto Capibaribe, do Colégio de Aplicação, da Faculdade Católica, do arbítrio que o proibiu de estudar, da Universidade Federal, da América, da Europa, do Mundo. Não consigo o liame para as palavras! Ele não concorda com La Rochefoucauld, nem eu, para quem

“a palavra foi dada ao homem para esconder o pensamento”.

Para justificar a outorga que hoje lhe é conferida, permitam-me transcrever um trecho do seu artigo **“Unamuno e o General”**.

Na abertura do ano acadêmico, na Universidade de Salamanca, sob a Reitoria de Unamuno, à época da Guerra civil espanhola, o General Milan Astray encerrou suas palavras com a exortação fiantista de **“Viva la Muerte”!**

Unamuno levanta-se, serenamente e diz aos seus alunos:

“Todos vocês me conhecem e sabem que sou incapaz de permanecer em silêncio. Não aprendi nos 73 anos de minha vida e agora já não quero aprender. Que, às vezes, calar equivale a mentir. Porque o silêncio pode ser entendido como aquiescência. E não poderia sobreviver a um divórcio entre minha consciência e minha palavra.

Esse grito necrófilo e insensato de Viva a Morte para mim equivale a Morra a vida. O gen. Milan Astray é um mutilado, digamos isso sem baixar o tom. É um inválido de guerra... Desgraçadamente há demasiados inválidos na Espanha, agora. E logo haverá muitíssimos mais se Deus não nos ajudar. Atormenta-me pensar que um inválido, sem a grandeza espiritual de Cervantes – um homem e não um super-homem, viril e completo apesar de suas mutilações – possa querer encontrar um alívio detestável, vendo mutilações em seu derredor”.

“Morra a inteligência!”, gritou o general, que se fazia acompanhar de um pelotão impaciente.

Mas Unamuno prosseguiu:

“Este é o templo do intelecto e eu sou o Sumo Sacerdote. São vocês que estão profanando esse sagrado recinto. Vencereis, mas não convencereis. Vencereis porque tendes a força bruta mas não convencereis porque convencer significa persuadir. E para poder persuadir, necessitais o que não tendes – a razão e o direito na luta. Considero fútil exortar-vos a pensar na Espanha”.

Dr. José Paulo – em nome do pai, do filho e do neto – este Tribunal tem orgulho em conceder-lhe esta Comenda.

O Conselheiro Severino Otávio indicou o nome da bela. Janete de Moura Rocha à Medalha Nilo Coelho.

“Princesa do Agreste, terra dos avelozes” foi Caruaru a sua pátria de nascimento. Inspirada na poesia dos Condés, na arte de Vitalino, na sinfonia dos pífanos, desafiou colégios, enfrentou faculdades, bacharelou-se em Engenharia Química, licenciou-se em Química do Solo e da Água, Administração de Empresas, especialização em gestão da Capacidade Humana nas Organizações e iniciou o curso de Direito. Ingressou em nosso Tribunal, onde chefiou à Divisão de Pessoal, à Divisão de Prefeituras e Câmaras, coordenou o Centro de Estudos e Pesquisa Jarbas Maranhão, dirigiu o Departamento de Controle Municipal e de Recursos Humanos, além de assessorar a Coordenadoria de Controle Externo, e funções análogas fora do TCE. Participou de inúmeros cursos de aperfeiçoamentos na área de Recursos Humanos. Casada com Márcio, gerou para a família Moura Rocha os filhos diletos e admiráveis jovens de muita beleza e inteligência; Diego e Raquel.

O Conselheiro Adalberto Farias propôs o nome do bel. Ivo Soares de Araújo à Medalha Nilo Coelho.

Ivo Soares descende da melhor safra de sertanejos simples, fortes, bravos, leais e competentes, natural de Salgueiro, a pátria de Veremundo, paraíso do xaxado e berço de hospitalidade. De Ivo e Dulcineia são os jovens garbosos e belos Ivo Márcio, Deny e Rodrigo, frutos maravilhosos do amor e herdeiros da inteligência e da prodigalidade.

Economista pela Universidade Federal de Pernambuco, fez especialização em Orçamento, Contabilidade e Estatística. Iniciou sua vida funcional na FIAM, chegando ao nosso TCE ainda nos albores da Instituição.

Desempenhou suas atividades como Assessor Técnico de Controle Externo, Auditor das Contas Públicas e, no Departamento Financeiro e Orçamentário, Administração Direta, Comissão de Licitação, Secretaria Executiva e Grupos de Trabalhos estruturadores de nossa Corte e das nossas atividades. Por onde passou, deixou marcas positivas, melhorando a qualidade do trabalho, inovando, ensinando novas técnicas, escrevendo trabalhos.

Por tudo isso, entendemos Ivo como patrimônio deste Tribunal e com ele se confunde pela sua dedicação, competência, discrição e lealdade.

Desembargador Fausto Valença

Desembargador Fausto Valença de Freitas indicado pela Resolução nº 12 de nossa iniciativa.

Do berço carinhoso de Clarise Valença e Jurandir Brito, na aconchegante cidade de Pesqueira, nasceu o nosso homenageado, o desembargador Fausto Valença de Freitas.

Iniciando seus estudos no Grupo Escolar Rui Barbosa, em sua terra natal, foi aluno, no Recife, dos Colégios Marista e Nóbrega, concluindo seu curso superior na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco.

Como advogado, integrou o serviço jurídico da CHESF, da Companhia de Força e Luz do Nordeste do Brasil, Assistência Judiciária do Estado, Procuradoria Geral da Fazenda Estadual, da Sudene e da Consultoria Jurídica do Ministério do Interior, entre outros.

Com Eraldo Gueiros aprendeu a alargar os caminhos e encurtar as distâncias no exercício da cidadania, do entendimento, da tolerância, da Justiça e da Democracia. Deputado Estadual com destacada atuação, máxime na elaboração da Constituição Estadual de 1989.

No Recife, sob o fecundo amor de sua Valéria, preservou os valores herdados, fazendo progresso na vida social, na política e na Magistratura. Do casal Valéria e Fausto Freitas nasceram Andréa, Paola, Alexandre e Cláudia, rebentos famosos que enchem de alegria seu lar e plenificam, de orgulho, o saudoso ministro e governador Eraldo Gueiros.

Homem de fé que, nestes dias tumultuados, sabe preservar a família – santuário da vida – e nela busca inspiração para seu atuar e seu agir.

O TCE-PE, sob iniciativa do seu Presidente,

criou, pela Resolução nº 04/98, de 08 de julho de 1998 a Medalha do Mérito Cidadão, comemorativa dos 30 anos de nossa existência outorgando-a: **Maria Auxiliadora de Souza Albuquerque, José de Albuquerque Lapa, Ruy Lins de Albuquerque, Isa Rodrigues dos Santos e Joana D'arc de Oliveira Fernandes**, conselheiro e funcionários que, dos albores da nossa Instituição, conduziram-na até nós, com todo respeito, dedicação, espírito público e intrepidez. O que hoje somos, em grande parte devemos a eles. Pontífices, no sentido etimológico, unindo o passado mais distante ao presente que flui. Tem razão o Presidente Severino Otávio, as primeiras homenagens da medalha dos 30 anos lhes são carinhosamente devidas.

Ao Procurador Geral da República Geraldo Brindeiro. Embora natural do Recife, descende de Dona Judite e Djair Brindeiro, paraibanos do Monteiro, canteiro de poesia pura e da cultura mais bela dos poetas repentistas. Do estreito ambiente nordestino estendeu sua fulgurante inteligência aos saberes dos grandes centros nacionais e estrangeiros, recebendo e distribuindo conhecimentos por todo mundo, ao tempo em que é reverenciado por Escolas e Instituições pátrias e de além fronteiras.

À Dra. Ana Cristina da Silva Ferreira Lima, da acolhedora Carpina. Bacharelou-se em Direito com graduação em Direito do Trabalho pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília-DF. Hoje, seguindo exemplo de bravura e destemor de José Francisco, seu pai, distribuiu Justiça na 15ª Junta de Conciliação e Julgamento do Recife depois de haver passado pela assessoria de ministro de T.S.T. Ao lado de seu esposo Sílvio Ferreira Lima, é destaque da galeria cidadã do nosso TCE.

Dr. Gilberto Augusto Correia Gondim, natural de Goiana vanguardeira de movimentos libertários. Filho de Maria Lacerda e José Augusto Correia Gondim, de quem herdou lhanza e fidalguia. Do amor de Dona Maria Antonieta nasceram as filhas Ana Bernadete, Olívia e Maria Betânia. E o amor se perpetua no encanto gracioso das netas Marina, Célia e Aline. Desbravou o Sertão e a Mata, administrando a Justiça e distribuindo saberes como magistrado e professor e hoje, desembargador do Tribunal de Justiça, preside a Associação dos Magistrados e dignifica esta Casa ao ser agraciado com a medalha do Mérito Cidadão.

Desembargador Benildes Ribeiro

Ao desembargador Benildes Ribeiro, filho do legendário Elias Libâneo e Leonilda (Dondon), na Vila de Bebedouro, hoje aconchegante cidade de Agrestina.

Professor, magistrado, conferencista, escritor, exerceu a judicatura preocupado com os que têm fome e sede de Justiça e até com **“os contribuintes anônimos da paz social”**. Inspirado nas maldrugadas empoeiradas de luz e de que fala Nietzsche, escolheu, na sua pequena cidade, a princesa de seus sonhos, Dona Edileuza, esposa, mãe, mestra e amiga, exemplo de virtude, dedicação e lealdade. Nem quando alcançou a cumeira de sua carreira judicante, presidindo o nosso Pretório, perdeu a simplicidade do agrestinense, nem se distanciou dos amigos mais pobres e mais humildes.

Ariano Suassuna

Quando a capital paraibana se chamava Nossa Senhora das Neves e João Suassuna – casado com Rita de Cácia – era Governador do Estado, nasceu Ariano, o 8º filho do casal. Eram os albores da revolução de 30 sob cujo clima cresceu nosso homenageado. Conta-se que, certa vez Ariano, com seu litúrgico uniforme – alpercata, calça e camisa – quis visitar o Palácio do Governo da Paraíba mas foi barrado pelo guarda com uma pergunta:

“como quer entrar sem paletó e sem gravata?”

A resposta veio rápida como a rima dos poetas repentistas:

“pois saiba que já andei nu, aí dentro, muito tempo. E ninguém reclamou. Até achavam bonitinho e engraçado”.

Ariano Suassuna, Secretário de Cultura, imortal da Acadêmica Brasileira de Letras, consegue envolver, com os liames do seu genial espírito, **“o material popular com o material erudito, juntando lembrança, tradição e vivência, com o toque pessoal da originalidade e improvisação encantador”**.

Luiz Arcoverde

Luiz Arcoverde, natural de Buíque, fruto do amor de Francisco e Carlota Arcoverde, perpetuado

nos filhos primorosos e inteligentes Luiz Arcoverde C. Filho e Liz de Fátima Villas Arcoverde, gerados pela dedicada esposa Maria Lygia. Trata-se do nosso Auditor Geral, fecunda e prodigiosa inteligência que, neste Tribunal, representa a memória viva de nossa história, do nosso saber e de nossa fidalguia. Bacharel em Direito, engrandeceu o Corpo Técnico da Casa Joaquim Nabuco de onde veio para missões insubstituíveis nesta Casa.

Jarbas Maranhão

Pernambucano de Nazaré da Mata, estudou no Rio de Janeiro, iniciou Medicina e Direito no Recife, onde se bacharelou. Vocacionado para os embates políticos desde o Diretório Acadêmico, no gabinete do inexecedível Governador Agamenon Magalhães, deputado Federal Constituinte e senador da República com destacada atuação nas mais importantes Comissões do Congresso Nacional. Professor de Direito e de Administração, membro das Academias de Letras e de Artes de Pernambuco e do Nordeste e escritor emérito de variados temas: desta Casa foi ministro fundador, conselheiro presidente por 5 mandatos, criando o Centro de Treinamento, fundando o Centro de Estudos e Pesquisas e a Biblioteca do Tribunal. No Rio de Janeiro, onde reside, faz de sua vida e do seu labor, uma extensão desta Casa.

Orlando Moraes

De Malaquias e Balbina de Moraes nasceu, na pequenina Água Preta – mata sul do Estado – o rebento querido, o professor, o advogado, o jornalista e o ministro pioneiro do nosso Tribunal de Contas. De seu casamento com Mabel nasceram-lhes Fernanda, Lúcia, Eliane, Patrícia e Orlando Júnior, seguidores autênticos da competência e honradez do pai. De Fernanda – já no Oriente eterno, no brilho da pátria celestial – ao Orlando Júnior – médico, advogado e nosso Auditor – todos orgulham e repetem a história do pai e amigo. Esse o perfil rápido de quem foi professor aos 11 anos no Colégio Paroquial do professor Júlio Siqueira em Palmares, chegou à Cátedra de Direito do Trabalho da vetusta Faculdade de Direito do Recife e catedrático de Economia Política e História das Doutrinas Econômicas nas diversas instituições universitárias de Pernambuco, cul-

minando sua vida profissional em nosso Tribunal de Contas.

Guedes Pereira

Luiz Fernando Guedes Pereira, Ministro e Conselheiro desta Corte, foi o seu primeiro Presidente e, por 14 anos, emprestou a esta Casa o melhor de sua inteligência e devotamento, destacando-se pelo equilíbrio e pela sabedoria. Bacharel de Direito pela Faculdade de Direito do Recife, advogado, teve reconhecida atuação em empresas públicas e privadas, a exemplo da COMPER, da Promoção Social, da Federação das Indústrias, do Conselho de Contribuintes do Estado, do SESI, do Moinho Recife, de Alimonda, entre outros, merecendo condecorações e medalhas de prestigiadas entidades.

Honório Rocha

O menino de Xique-Xique, Bahia destacou-se no Seminário de Petrolina. Transferido para a Casa de Azeredo Coutinho o histórico Seminário de Olinda, de lá foi mandado para Roma dos Césares e dos Mártires e, na Pontifícia Universidade Gregoriana, sob docentes escolhidas entre as inteligências mais iluminadas do mundo, licenciou-se em Teologia.

De volta à Pátria fez licenciatura em Filosofia Plena pela UNICAP, aprovado em exame de suficiência para Português, Francês e Latim pela FAFIR, sendo laureado Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Caruaru. Foi professor, vereador em Petrolina, Deputado Estadual, Secretário de Estado, Conselheiro e Presidente desta Corte de Contas. De Dona Marta Lúcia, sua veneranda esposa, nasceram frutos prestimosos, Maria Amanda e Ana Vitória, responsáveis pela perpetuação do amor do fidalgo casal.

Antônio Correia

No Engenho Miranda – Goiana – nasceu de Maria Augusta Gondin de Andrade e Antônio Correia de Oliveira Andrade o menino Antônio que, assumindo o nome do pai, se destacaria como intelectual, historiador, político e homem de negócios de maior respeitabilidade. O equilíbrio de sua inteligência, a fidalguia de seus gestos, lealdade aos seus

ideais, buscou Antônio Correia perpetuar no amor sem par a sua Leonor Carolina, de quem nasceram Inês e Antônio Neto. Se outras virtudes não pudesse acrescentar à personalidade do nosso historiador Conselheiro, bastaria, para o consagrar, seu amor e devotamento à família.

Como agricultor canavieiro, bacharel em Direito, historiador, imortal da Academia de Letras, vereador do Recife, deputado e Presidente da Assembleia Legislativa, Conselheiro e Presidente do TCE, Delegado de Polícia e Provedor da Santa Casa, conservou a fidalguia e o devotamento a sua Leonor aos filhos e às raízes pernambucanas

Ministro Demócrito Ramos Reinaldo

Natural da romântica Lagoa do Monteiro, fez os cursos preparatórios em Campina Grande, bacharelando-se pela Faculdade de Direito de João Pessoa, todos da Paraíba.

De Sumé, Paraíba, foi vereador. De São José do Egito - PE, foi advogado dos presos pobres e Promotor Público, iniciando a judicatura em Cabrobó, Tabira, Afogados da Ingazeira e Limoeiro. Depois de sangrar os pés nas íngremes estradas da Justiça, chegou ao Recife em 1974, sendo nomeado desembargador do Tribunal de Justiça, eleito Presidente e respondendo, em duas oportunidades, como Governador de Pernambuco. Em 1991 foi nomeado ministro do Superior Tribunal de Justiça. No magistério, lecionou Literatura Brasileira, Português, Latim, Francês, Matemática e Ciências Naturais. Publicou mais de quinze trabalhos jurídicos festejados pelos estudiosos do Direito.

Suetone Alencar

Mais um filho de Salgueiro compoendo a cidadania do nosso Tribunal. Com sua esposa e companheira Zilda Giselda constituiu família de 10 filhos e 26 netos.

Escriturário e gerente de Cooperativa em Salgueiro e Araripina, notabilizou-se comerciante de estivas. Elegeu-se Deputado Estadual por cinco legislaturas, sendo nomeado Conselheiro do Tribunal de Contas do qual foi Presidente em duas oportunidades.

A Medalha do Mérito Cidadão é igualmente conferida ao Sesquicentenário Tribunal de Justiça de Pernambuco, atualmente sob o timão honrado do desembargador Etério Galvão. Ao Ministério Público

de Pernambuco, fiscal da Ordem Jurídica com independência e autonomia, hoje sob o comando do eminente Procurador Geral Dr. José Tavares; Ao Tribunal Regional do Trabalho, porto seguro da justiça laboral, tendo à frente o insigne professor Solano de Godói Magalhães. Ao Poder Legislativo Estadual, sob a Presidência do Deputado Djalma Paes que, respondendo ao apelo das urnas, voará para a capital federal, logo no início do próximo ano. À Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Pernambuco, trincheira da liberdade e vanguarda dos direitos fundamentais, sob a Presidência do intrépido e destemido Aluizio Xavier e ao Tribunal Regional Federal, presença dos tribunais Superior em nossa capital, sede da 5ª Região sob a Presidência do Dr. Francisco Falcão.

Desejo, por fim, fazer uma exaltação solene aos agraciados nesses 30 anos de existência da Casa de Nilo Coelho. Mesmo sem autoridade para discordar de Calderon de La Barca para quem **“a vida é oficina de sonhos”**, em nome do Tribunal de Contas, repito a bela expressão do poeta. **“Eu lhes dou raízes. Outros lhes darão asas e o selo da perpetuidade”**.

Entendo como excepcional a outorga dessas Comendas em um momento tão solene, a pessoas tão importantes. Para emprestar um ar de maior solenidade desejo repetir, aos homenageados, as palavras de Frei Monte Alverne, orador sacro do império, valendo-se das palavras sagradas. Faço-o na língua de Cícero para lhe emprestar maior destaque e ousadia:

“Iste sunt dies, quos nulla unqua, debilit oblitio, et per singulas generationes cunctae toto orbe provincial celebrabunt”. Este será um dia que jamais será esquecido, e que todas as províncias do Império devem perpetuamente solenizar com a maior pompa à face do Universo.

Parabéns, senhores homenageados! Parabéns, Presidente Severino Otávio! Salve o nosso Tribunal de Contas.

Tenho dito.

TCE-PE, 15 de outubro de 1998.

Roldão Joaquim dos Santos
Conselheiro